

A DITADURA NO PÓS-DITADURA: as Comissões Universitárias da Verdade (2012-2025)

The Dictatorship in the Post-Dictatorship: the University Truth Commissions (2012-2025)

PEDRO ERNESTO FAGUNDES¹

Resumo

Neste artigo, discutiremos alguns desdobramentos das atividades das Comissões da Verdade Universitárias (CVUs) e seu papel no processo de recuperação da história da repressão política nas universidades brasileiras. Destacaremos aspectos e legados que marcaram — e continuam a marcar — a trajetória das Comissões Universitárias.

Palavras-chave

Comissões da Verdade Universitárias. Repressão nas universidades. Ditadura Militar.

Abstract

In this article, we will discuss some developments in the activities of the University Truth Commissions (CVUs) and their role in the process of recovering the history of political repression in Brazilian universities. We will highlight aspects and legacies that have shaped — and continue to shape — the trajectory of these commissions.

Keywords

University Truth Commissions. Repression in universities. Military Dictatorship.

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Bolsista de Produtividade em pesquisa da CNPq. Foi bolsista Pesquisador Capixaba FAPES (2023-2025). Essa pesquisa também contou com recursos do Edital Universal da CNPQ (Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023).



1 INTRODUÇÃO

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) representou, na década passada, importante iniciativa em torno das demandas de memórias sobre a experiência autoritária brasileira. A CNV funcionou entre 2012 e 2014. Paralelamente, foram instaladas dezenas de comissões da verdade setoriais, especialmente em âmbito estadual, municipal e universitário. Tais ações acabaram por conferir ineditismo ao caso brasileiro.

As Comissões da Verdade Universitárias (CVUs), em sua fase inicial, atuaram de forma independente da CNV, o que evidencia a experiência única das instituições de Ensino Superior no Brasil. Outra característica marcante das comissões universitárias foi a continuidade das investigações em todas as regiões do país, garantindo a ampliação do conhecimento sobre a repressão nas universidades. Além disso, um aspecto de grande relevância foi a descoberta de novas fontes de pesquisa, tanto documentais quanto testemunhais.

Inclusive no pós-2014, período do encerramento oficial das atividades da CNV, comissões universitárias continuaram sendo criadas, promovendo ações e implementando as recomendações dos seus relatórios finais. Reiterando num cenário caracterizado por constantes disputas sobre o passado ditatorial e um presente que, por vezes, parece onipresente, os desdobramentos desse contexto seguem atuais, fomentando debates e impulsionando iniciativas acadêmicas, políticas e institucionais. Por exemplo, em 2024, ano das efemérides dos 60 anos do golpe de 1964 e de uma década da entrega do Relatório Final da CNV, foram instaladas duas novas comissões da verdade: uma na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em abril, e outra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em dezembro.

Nesse mesmo cenário, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo (Consuni/UFES), em 27 de fevereiro de 2025, decidiu, por unanimidade, cassar os títulos de Doutor Honoris Causa concedidos a dois ex-presidentes da ditadura militar brasileira, Emílio Garrastazu Médici e Humberto de Alencar Castelo Branco, além do ex-ministro da Educação, Rubem Carlos Ludwig. A decisão foi tomada com base nas recomendações do Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES (CV-UFES), publicado em 2016 (Fagundes, 2016).

Com o mesmo objetivo, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Consuni/UFRN) aprovou por unanimidade, em 25 de abril de 2025, a revogação das resoluções que concederam o título de Doutor *Honoris Causa* ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, em 1966, e ao general Emílio

Garrastazu Médici, em 1971. A iniciativa também foi uma recomendação do Relatório Final da CV-UFRN.

Em 1º de abril de 2025, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) realizou uma sessão solene em homenagem aos integrantes da comunidade universitária perseguidos durante a ditadura. Na mesma solenidade foi aprovada a instalação de uma Comissão da Verdade. Ainda em abril de 2025, a Universidade de São Paulo (USP) realizou uma cerimônia para conceder diplomas honoríficos aos estudantes mortos durante a ditadura.

Essencialmente, buscamos discutir a trajetória das CVUs. Para tratar da temática, dividimos este texto em dois momentos. Inicialmente, apresentamos as polêmicas e debates institucionais que marcaram o cenário do surgimento das comissões universitárias da verdade. Em seguida, analisamos alguns dados sobre a contribuição das pesquisas das CVUs para a produção acadêmica sobre a temática nas diferentes regiões do Brasil.

2 A CRIAÇÃO DAS COMISSÕES UNIVERSITÁRIAS DA VERDADE: da resistência ao grande legado

Em 25 de fevereiro de 2013, o Centro de Convenções Israel Pinheiro - Distrito Federal (DF), foi palco da chamada "Reunião Ampliada com Comissões da Verdade e Instituições Parceiras", evento organizado pela coordenação da CNV. O objetivo do encontro, segundo documento distribuído aos participantes, era apresentar as iniciativas da Comissão Nacional nos seus primeiros meses de atividades. Além disso, pretendia-se dialogar sobre as propostas apresentadas pelos representantes das comissões setoriais e entidades participantes (UNE, Centrais Sindicais, Ordem dos Advogados do Brasil, etc.).

Entretanto, a disposição dos membros da CNV para o diálogo ficou restrita a alguns setores. Apesar da presença de representantes das comissões universitárias da UnB, da UFES, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Comissão da Verdade da UNE, a coordenação da CNV, naquele momento, não demonstrou interesse em criar um grupo de trabalho (GT) específico sobre a repressão nas universidades.

Apenas em dezembro de 2013, após contatos e tratativas independentes de representantes das comissões universitárias, houve uma iniciativa da coordenação da CNV. Ainda assim, esse primeiro gesto partiu de integrantes da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". O encontro, na Assembleia Legislativa do



Estado de São Paulo (Alesp), em 18 de dezembro, contou com a participação de diversas comissões universitárias.²

Essa informação é relevante para compreendermos a dimensão do movimento das comissões universitárias da verdade. Apenas em janeiro de 2014, quase dois anos após sua instalação, a CNV indicou uma pesquisadora sênior — a historiadora Angélica Müller — para acompanhar as atividades da CVUs. Embora tardia, a medida foi essencial para as atividades das comissões.

Após fevereiro de 2014 foram realizados novos encontros, reuniões de trabalho, visitas técnicas e, sobretudo, a formalização de diversos acordos de cooperação entre a CNV e as CVUs. A advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, integrante da CNV, passou a comparecer às reuniões com as comissões universitárias. Contudo, é importante destacar que essas iniciativas ocorreram, principalmente, devido às pressões exercidas pelos integrantes das comissões setoriais.

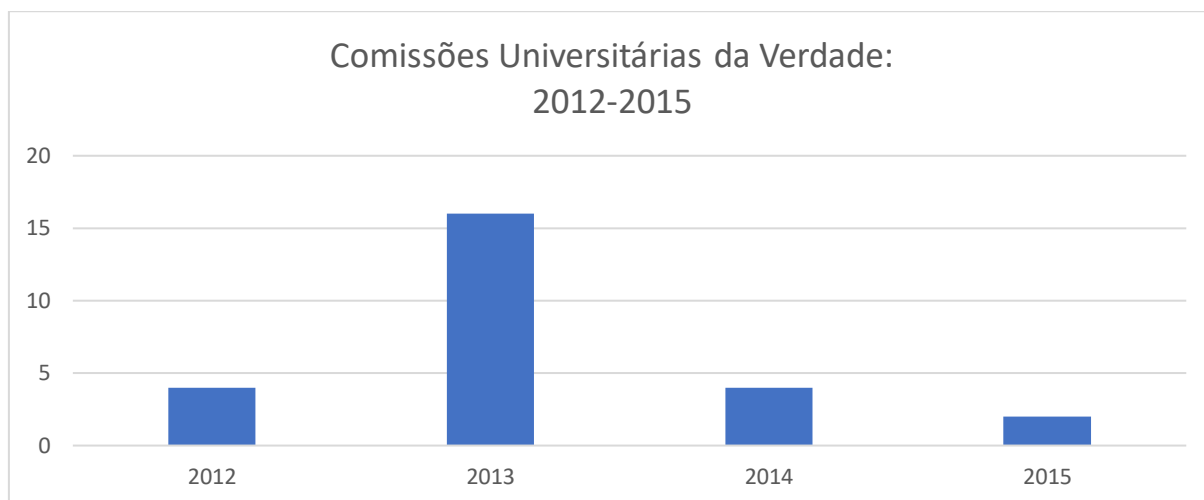
3 COMISSÕES UNIVERSITÁRIAS E SEUS LEGADOS

Após superar os desencontros iniciais, entre 2013 e 2015 foram instaladas mais de duas dezenas de comissões universitárias. Neste texto, apesar das divergências quanto ao número exato dessas comissões instaladas, consideramos o total de vinte e seis (26). Conforme indicado na Figura 1, a maioria das CVUs foram criadas em 2013. Ainda, segundo Mônica Tenaglia (2019), as CVUs representaram cerca de 25% das iniciativas em âmbito nacional.

No entanto, em uma demonstração de seu caráter independente e autossuficiente, novas comissões continuaram sendo registradas nos anos seguintes ao encerramento oficial dos trabalhos da CNV – ocorrido em 2014. Como destacamos, a instalação das comissões da UFPel, da UFRGS e da UFAL, entre 2024 e 2025, exemplifica essa peculiaridade. Ou seja, mais de uma década após o fim das atividades da CNV, as comissões universitárias continuaram a ser criadas, demonstrando a longevidade dos esforços em torno das demandas das pesquisas sobre a ditadura nas universidades. Portanto, é fundamental sublinhar essa característica das CVUs: a fluidez temporal de seus trabalhos.

² Entre elas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e UFES.

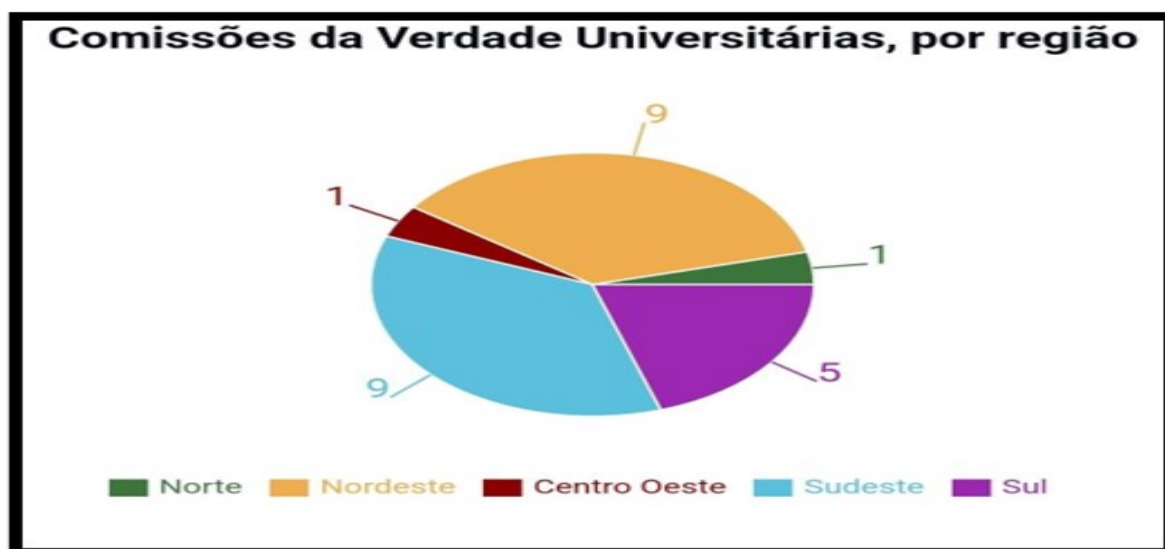
Figura 1



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor.

Apesar das assimetrias institucionais e das diversidades regionais, é possível afirmar que a instalação de comissões nas universidades permitiu que os debates públicos sobre a ditadura se difundissem – simultaneamente – por todas as regiões. Por exemplo, como sugere a Figura 2, na região Norte e na região Centro-Oeste registraram a instalação de duas CUVs, respectivamente, uma na UFPA e a outra na UnB. Por sua vez, a região Sul totalizou cinco (05) comissões:

Figura 2



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – Elaboração do autor.

Se comparadas as quantidades de comissões universitárias em relação aos números gerais levantados por Tenaglia (2019), é possível observar, que em regiões



como a Centro-Oeste, as CVUs representaram 50% das comissões instaladas. Por sua vez, a região Sul registrou a criação de oito (8) comissões setoriais, sendo a maioria – cinco (05) – de comissões universitárias.

Na região Sudeste foram instaladas nove (09) CVUs num quantitativo de trinta e sete (37) comissões setoriais. Importante destacar que, entre as décadas de 1960 e 1980, o eixo Rio-São Paulo concentrava a maior quantidade de entidades estudantis e universidades. Para fundamentar esse argumento, basta verificar, como indica o Relatório Final da CNV (2014), a identificação de duzentos e trinta (230) locais de graves violações dos direitos humanos no Brasil. Desse montante, sessenta e quatro (64) estão localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Outro aspecto relevante é que, entre as décadas de 1980 e 2000, a maioria dos cursos de pós-graduação em História estava concentrada na região Sudeste. Como consequência, os estudos sobre a ditadura e a redemocratização resultaram em uma historiografia assimétrica, caracterizada por um amplo conjunto de trabalhos sobre os acontecimentos no eixo Rio-São Paulo, enquanto as demais regiões do país foram abordadas de forma muito mais esparsa.

A partir da década de 2010, essa realidade começou a se transformar com a ampliação dos cursos de pós-graduação em outras regiões. Essa expansão foi fundamental para o crescimento e a diversificação das pesquisas sobre a ditadura, consolidando um dos pilares da chamada Ditadura Fora do Eixo.

A região Nordeste totalizou dezessete (17) comissões setoriais. Destas, mais de 50% foram universitárias – nove (09), no total. Tal dado é mais relevante se averiguarmos que no Nordeste foram instaladas o mesmo número de comissões universitárias que no Sudeste. O protagonismo dos estados nordestinos corrobora com aquilo que denominamos por Ditadura Fora do Eixo. No decorrer das atividades, as comissões universitárias apresentaram algumas características peculiares (Fagundes, 2025).

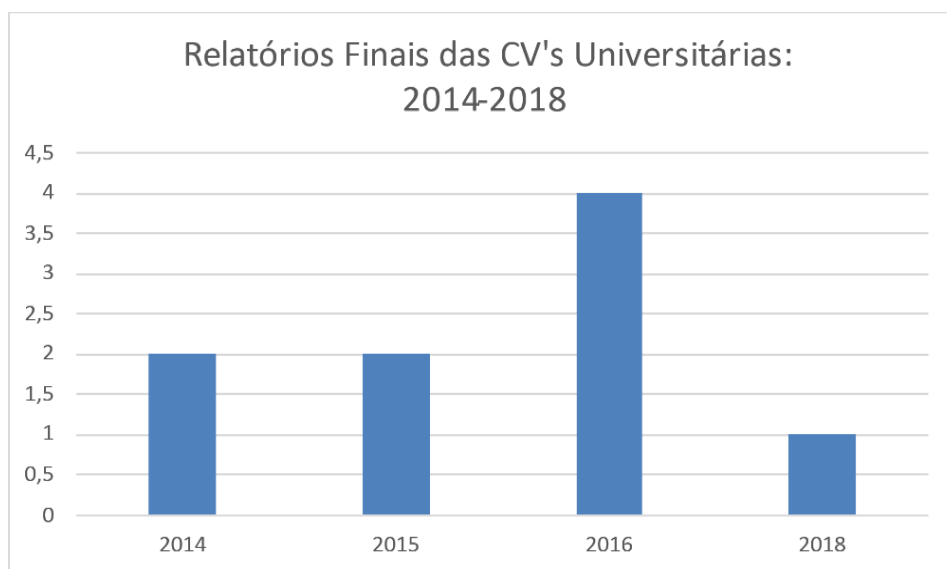
Primeiro, a experiência das comissões da verdade no Brasil possibilitou que em diferentes estados, de forma assimétrica e descentralizada, fossem pesquisados, analisados e publicadas uma novíssima literatura sobre a ditadura militar. Uma nova bibliografia que privilegiou todos os sotaques, todas as temporalidades e as diversidades de cenários. Essa característica foi fundamental para acrescentar uma versão descentralizada da “história oficial” da ditadura, que antes era protagonizada apenas por personagens e capítulos ocorridos no eixo Rio-São Paulo.

Uma segunda característica foi a relação autônoma que muitas comissões universitárias estabeleceram com as reitorias, direções e órgãos institucionais. Portanto, as parcerias e apoios das instituições de ensino foram fatores fundamentais

para o sucesso das comissões. Uma das variáveis para mensurar essa situação foi a produção dos chamados relatórios finais.

Ao observar a Figura 3, podemos constatar que, entre 2014 e 2018, as CVUs produziram nove (09) relatórios finais.³ Houve ainda a iniciativa da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Pará (UFPA) que, apesar de não publicar um Relatório Final, empenhou-se na organização do Memorial César Moraes Leite. Um acervo documental digital que registrou os casos de repressão contra a comunidade universitária paraense⁴:

Figura 3



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor.

É importante sublinhar este aspecto: toda a mobilização em torno das comissões universitárias, especialmente a ampliação das fontes de pesquisa e a produção de seus relatórios finais, resultou na expansão dos estudos sobre a Ditadura Militar em diversos estados. Não obstante, nas diversas regiões do país – como destacamos – até no presente, as audiências públicas, reuniões ou divulgação da implementação das recomendações dos relatórios finais e relatórios preliminares passaram a ocupar espaços generosos nos meios de comunicação e nas redes sociais. Gerando em âmbito local maior visibilidade para tópicos como: repressão política, censura, comunidade de informação, torturadores e centros de tortura.

³ Universidade Federal da Bahia (UFBA); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade de São Paulo (USP).

⁴ Disponível em: <https://memorialcesarleite.com.br/>. Acesso em: 17 mai. 2025.



4 AINDA SOBRE OS LEGADOS

Atualmente, o estudo das trajetórias dessas comissões tem impulsionado a produção de novas pesquisas, com destaque para trabalhos nas áreas de História e Ciência da Informação. A primeira tentativa de analisar uma comissão universitária foi publicada ainda em 2013, quando Pedro Ernesto Fagundes relatou as atividades da Comissão da Verdade da UFES (Fagundes, 2013). Nos anos seguintes, Angelica Müller (2014; 2021) e Pedro Ernesto Fagundes (2018) ampliaram essa discussão com novos trabalhos sobre as CVUs.

Com suas lembranças e esquecimentos, os 60 anos do Golpe de 1964 trouxeram à tona novos temas que se popularizaram nos últimos anos, em especial, as comissões da verdade – sobretudo, as comissões universitárias – servindo para atualizar os debates públicos sobre a experiência autoritária brasileira. Essas experiências e, sobretudo, seus legados, têm se consolidado como um tema de pesquisa em constante evolução.

Ainda sobre esses legados, podemos indicar, além da descoberta de fontes documentais e da produção de bibliografias, as CVUs apresentaram relatórios finais que contribuíram para a revitalização das pesquisas sobre a Ditadura Militar e o período de redemocratização no Brasil. Como resultado, a ampliação do acesso aos acervos documentais sobre o passado recente teve um impacto significativo no aumento da diversidade das pesquisas. Neste cenário, foi reforçada a tendência que possibilitou a abertura de novas temáticas sobre a Ditadura, sobretudo, estimulando estudos em diversos estados “Fora do Eixo” – espaços para trabalhos acadêmicos sobre a repressão política no plano local.

Na última década, as atividades das CVUs, especialmente, seus legados acadêmicos, demonstram como a criação das comissões setoriais foi fundamental para ampliar os estudos sobre a repressão política em todas as regiões do país. A história da Ditadura para “além do eixo”, como enfatizamos, foi uma das principais contribuições das atividades das comissões universitárias.

Nesse sentido, no caso brasileiro, a trajetória das Comissões da Verdade Universitárias foi – e continua sendo – uma experiência bem-sucedida. Essa realidade, como destacamos anteriormente, pode ser explicada por alguns fatores, entre eles: a maior autonomia das universidades, um período mais longo para a realização das pesquisas e, obviamente, uma análise mais focalizada das CVUs.

Esses fatores foram fundamentais para produzir e apresentar explicações mais detalhadas sobre o cotidiano repressivo nas universidades. Como consequência, como destacamos no início do texto, houve maior efetividade na implementação das recomendações entre as comissões universitárias.

Durante a Ditadura, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta (2014), as universidades foram um dos principais alvos da comunidade de informação, sobretudo por meio da instalação de dezenas de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Inicialmente, a missão das Comissões da Verdade Universitárias (CVUs) era investigar a repressão nos *campi*.

No entanto, suas atividades continuaram fomentando debates, promovendo discussões e atualizando reflexões sobre a permanência da cultura política autoritária no período recente, contribuindo para apresentar novas perspectivas para repensar nosso *passado presente*. Somados, esses são alguns dos legados fundamentais das comissões universitárias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Da monumentalização do passado às Comissões da Verdade: história e historiografia da Ditadura Militar no Estado do Espírito Santo. In: **A Ditadura fora do eixo**. DUARTE, Ana Rita Fonteles; JOFFILY, Mariana; FAGUNDES, Pedro Ernesto; ALMEIDA, Anderson; GOMES, Paulo César. 2025. Serra: Identidade Editorial, 2025. Coleção Passado Recente (no prelo).

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Relatório Final da Comissão da Verdade** – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, p. 295-316, 2013.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Comissão da Verdade na Universidade: um relato sobre o Caso da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes). **Revista Ágora**, Vitória, n. 27, 2018. p. 121-131.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 44-47, 2014.

MÜLLER, Angélica. O “tesouro perdido” da justiça de transição brasileira: a CNV, as comissões universitárias e o trabalho dos historiadores. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, p. 1-26, jan./abr. 2021.

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade no Brasil**: contexto histórico legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos. Tese (Doutorado em



Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação –
Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. UFRN. Comissão da verdade da
UFRN. **Relatório Final**. Natal: Ed. da UFRN, 2015.

Recebido em 01/06/2025

Aprovado em 11/06/2025



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>